

VAI FALTAR MERENDA, VAI FALTAR EDUCAÇÃO

Avaliação da alimentação escolar
nos Quilombos em Oriximiná



Comissão Pró-Índio
de São Paulo

Texto

Ítala T. Rodrigues Nepomuceno
Lúcia M. M. de Andrade

Realização



Fotos

Carlos Penteadó

Projeto Gráfico

Irmãs de Criação

Apoio Financeiro



As opiniões expressas nessa publicação são de responsabilidade da Comissão Pró-Índio de São Paulo e da Cooperativa Mista Extrativista dos Quilombolas do Município de Oriximiná e não podem ser tomadas como expressão das posições dos financiadores.

Comissão Pró-Índio de São Paulo
Rua Padre de Carvalho 175 • São Paulo • SP • Brasil • 05427-100
cpisp@cpisp.org.br cpisp.org.br

ISBN: 978-85-92611-02-6
1ª Edição, julho de 2019

APRESENTAÇÃO

Com o objetivo de contribuir com a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada de crianças e jovens quilombolas de Oriximiná, a Cooperativa Mista Extrativista dos Quilombolas do Município de Oriximiná (CEQMO) e a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) produziram essa publicação que expõe as preocupações de mães, pais, educadoras e educadores com a alimentação oferecida atualmente nas escolas de suas comunidades.

Em Oriximiná, no norte do Pará, vivem cerca de 10 mil quilombolas, em 37 comunidades distribuídas em oito territórios coletivos. Em 2018, 20 escolas quilombolas de ensino fundamental da rede pública municipal foram atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do governo federal¹, beneficiando 1.892 alunos (FNDE, 2019).

A CEQMO se engaja na promoção da alimentação escolar de qualidade nas escolas quilombolas, a partir de 2015, ao pôr em prática, em parceria com a CPI-SP, o projeto “Mulheres da Roça”, iniciativa que visava apoiar a organização de mulheres quilombolas para a venda de produtos da agricultura familiar à Prefeitura de Oriximiná no âmbito do PNAE.

Nesta publicação, a voz da cooperativa e das integrantes do projeto, unida às dos demais membros da comunidade escolar, aponta a insuficiente quantidade de alimentos disponibilizados e a baixa qualidade dos produtos servidos nas escolas.

Principais problemas apontados na alimentação nas escolas quilombolas

Quantidade insuficiente

A quantidade de alimentos fornecidos pela Prefeitura foi apontada insuficiente tendo como consequências:

- Racionamento da merenda servida aos alunos.
- Inobservância do cardápio escolar planejado por nutricionista habilitado.
- Redução de carga horária das aulas.

Baixa qualidade

A qualidade da alimentação escolar foi avaliada como baixa tendo em vista:

- A pouca diversidade dos alimentos fornecidos às escolas.
- Predominância de produtos industrializados.
- Falta de adequação aos hábitos alimentares regionais.

Entrevistados e entrevistadas expressaram também o desejo de que sejam fortalecidas as iniciativas de substituição de produtos industrializados por produtos da agricultura familiar. Apesar do incremento das compras da agricultura familiar pela Prefeitura de Oriximiná, os quilombolas consideram a quantidade oferecida ainda muito insuficiente para assegurar uma alimentação adequada aos estudantes.

Os testemunhos aqui apresentados evidenciam que a implementação do programa de alimentação escolar em Oriximiná necessita ser aprimorada e fortalecida de forma a cumprir seu objetivo de promover o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos em consonância com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Assim, a CEQMO e a CPI-SP requerem que o Poder Público apure os fatos relatados na publicação e implemente as medidas necessárias para a superação dos problemas apontados o que, seguramente, possibilitará um avanço na garantia de uma alimentação saudável e culturalmente adequada nas escolas quilombolas em Oriximiná.

NOTA TÉCNICA

A pesquisa não se pretende exaustiva, mas busca oferecer um registro da avaliação dos quilombolas sobre a alimentação fornecida pelo poder público municipal às escolas de suas comunidades.

As entrevistas, coletadas por Ítala T. Rodrigues Nepomuceno nos meses de maio e junho de 2018, abrangeram um perfil diversificado de quilombolas em Oriximiná: merendeiras, professores, barqueiros, pais de alunos e lideranças comunitárias. Os depoimentos referem-se a 8 das 20 escolas quilombolas de ensino fundamental da rede pública municipal em Oriximiná: Raimundo Vieira dos Santos, Tancredo Neves, Nossa Senhora Aparecida, São João, Santíssima Trindade, João Paulo II, Nossa Senhora da Piedade e Boa Vista. E também uma escola que não está localizada em território quilombola, mas é frequentada por alunos quilombolas, a EMEF Hilda Maria Viana.

O uso dos depoimentos foi permitido pelos entrevistados que tiveram seus nomes identificados somente nos casos em que isso foi expressamente autorizado.

¹ Programa Nacional de Alimentação Escolar do governo federal tem por objetivo contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional. São atendidos estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em dez parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino (FNDE, 2019).

QUANTIDADE INSUFICIENTE

Os depoimentos revelam que a quantidade de alimentos disponibilizada pela Prefeitura de Oriximiná para as escolas quilombolas é insuficiente para assegurar a alimentação adequada aos alunos. A situação relatada é a de “bolachas contadas”. Os itens alimentícios não são fornecidos em quantidade suficiente para a elaboração diária dos pratos que deveriam compor o cardápio escolar. Nas nove escolas alvo do levantamento há falta, total ou parcial, da merenda durante períodos que variam de dias a semanas.

A merenda escolar que vai para as escolas, o máximo que dá é dez dias, quinze dias. É uma calamidade. Aluísio Silvério dos Santos, liderança da TQ Alto Trombetas 1, referindo-se às escolas EMEF Raimundo Vieira dos Santos e EMEF Tancredo Neves (comunidades Tapagem e Abuí).

Na maioria das vezes a merenda dá somente para quinze dias ou menos. Desde o início deste ano [2018] até agora [junho] em nenhum mês a merenda foi suficiente. Entrevista coletiva com membros da comunidade escolar da EMEF João Paulo II (Comunidade Jauari).

Esse ano, ainda não conseguiu chegar ainda nenhuma vez um mês com merenda, só dá quinze dias, 20 dias, no máximo. Ainda não conseguiu atingir uma meta que desse de funcionar até o final do mês. Manoel Erbinson dos Santos, barqueiro de transporte escolar e pai de alunos da EMEF Nossa Senhora da Piedade (comunidade Arancuan de Baixo).

Quando chega o dia quinze ou dia vinte, só a notícia de que não existe mais merenda. Então, nesse decorrer, eles passam muito sufoco sobre alimentação. Cristiano Luís, morador da comunidade Santa Rita e pai de alunos da EMEF Hilda Maria Viana situada na comunidade ribeirinha São Francisco.

Outro problema apontado pelos entrevistados é que os produtos são fornecidos para as escolas em quantidades desproporcionais. Assim, alguns alimentos se esgotam rapidamente, tornando menos diversificado um cardápio que já é considerado pouco variado.

A variedade de merenda que vem, ela não atende. Por exemplo, se eles colocam demais arroz, eles não colocam algo para acompanhar o arroz. Aí, se eles colocam – ultimamente está vindo muito biscoito e nada para acompanhar o biscoito. Aí o Nescau, geralmente que vem, mas fica enjoativo só aquilo. Não tem suco, um suco para fazer gelado. Por exemplo, se vem quatro pacotes de charque, para 98 alunos, aí já vem três de feijão. Entendeu? É tudo assim, que não combina uma coisa com a outra. Não tem nem como a gente fazer. Às vezes se sobra uma coisa, a outra acaba logo. Comunitária da Boa Vista (EMEF Boa Vista).

A quantidade é mal calculada, pois alguns produtos vêm em grande quantidade e outros, pouco. E muitos vêm sem acompanhamento. Entrevista coletiva com membros da comunidade escolar da EMEF João Paulo II (comunidade Jauari).

Tem vezes que as crianças já nem querem comer. É porque o feijão, ele é muito bom. O nosso costume, lá de quilombola, é de comer o feijão, mas tem que ter um pedaço de coisa lá dentro para a gente mastigar. Só ele, nós não temos o costume de estar comendo assim, né? E, às vezes, quando é só, já, eles, eles reclamam, “poxa, no meu prato não veio um pedaço de charque”. Aí, às vezes, até eles brigam: “não quero”. Às vezes a gente faz só, só, só, só o feijão, sem um pedacinho de charque dentro. Aí, mistura com macarrão para engrossar. Merendeira de escola da TQ Alto Trombetas 1.

A escassez de merenda impacta principalmente os alunos que têm que realizar longas viagens de barco para percorrer as grandes distâncias entre suas casas até a escola, muitas vezes, situadas em outras comunidades. É comum que alunos saiam de suas casas ainda de madrugada, não raro sem café da manhã, enfrentando percursos de horas, após os quais assistem às aulas.

Tem criança que vai para as suas casas e que não toma nem café. O barco sai meio de noite. Tem aluno meu que já chegou comigo pedindo [comida]. E é aquela criança que fica triste, não quer fazer atividade, e, às vezes, quando elas ganham um biscoitinho, elas se animam. A merenda é servida dez e quinze e, às vezes, é um biscoito com leite. Eu achava que poderia ser uma coisa mais reforçada, assim, até porque as crianças, elas saem meio dia e quinze. Então, elas ficam desde oito e quinze na escola até meio dia e quinze, às vezes, só com aquele biscoito. Professora da EMEF Raimundo Vieira dos Santos (comunidade Tapagem).

Tem aluno que sai cinco horas da manhã da casa dele e anda por terra. Ele pega o barco às seis horas. Aí ele entra no barco e ele chega oito horas no portão da escola. Eles saem meio-dia e quarenta e cinco. Quando está funcionando o “Mais Educação”², duas horas da tarde. Aí eles chegam às quatro horas no porto de onde ele vai para casa dele e ele chega cinco da tarde. Então, ele passa o dia todinho com biscoito e Nescau. Quando tinha o Mais Educação, dava de fazer o almoço quinze dias, mas aí o restinho do tempo, não dá. Manoel Erbinson dos Santos, barqueiro de transporte escolar e pai de alunos da EMEF Nossa Senhora da Piedade (comunidade Arancuan de Baixo).

Lá, nossos filhos saem lá de casa às sete horas e eles só retornam às quatro entendeu? Se eles não levarem de casa, eles não fazem lanche, porque não tem na escola. Então, se eles não tiverem merenda, eles passam necessidade, a fome. Cristiano Luís, morador da comunidade Santa Rita e pai de alunos da EMEF Hilda Maria Viana (comunidade ribeirinha São Francisco).

Essa situação gera dois problemas principais: a improvisação de cardápios e redução da carga horária.

IMPROVISAZÃO DOS CARDÁPIOS

Para contornar a insuficiência dos produtos disponibilizados pela Prefeitura para a alimentação escolar, merendeiras, professores, alunos e pais de alunos comumente se mobilizam para suprir, eles próprios, a falta de alimentos. Porém, isso acaba por resultar na introdução de itens diversos daqueles previstos inicialmente para a composição do cardápio escolar.

A desproporção entre os alimentos fornecidos às escolas também dificulta a oferta de refeições mais equilibradas e adequadas e o cumprimento do cardápio planejado pelo nutricionista responsável conforme as regras estabelecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação.

² O Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017, é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no Ensino Fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola (Portal Ministério da Educação).

REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS ESCOLAS

Outra medida para contornar a insuficiência da alimentação escolar é a redução da carga horária nas escolas com impactos no aprendizado dos alunos, como avaliam os entrevistados.

Quando não tem merenda, temos que reduzir o horário, pois não há condições de manter os alunos até o horário correto. Professora de escola da TQ Erepecuru.

Estão saindo cedo, os alunos, porque não tem merenda. Vai faltar merenda para as crianças, vai faltar educação para as crianças, porque se essas crianças vão ter que sair antes da hora, não vão ter quatro horas de aula. Eles vão ter que ter três horas, três horas e meia de aula. Comunitária referindo-se à EMEF Santíssima Trindade (comunidade Pancada).

As crianças estão saindo cedo porque não tem merenda. E aí as crianças ficam estudando, mas soltando mais cedo, por causa da merenda, que não tem. Aí vão ficar aguentando a criança lá na escola sem nada? Aí quase que não adianta estudar, né? As professoras não passam todas as disciplinas. Avó de alunos referindo-se à EMEF Nossa Senhora da Piedade (comunidade Arancuan de Baixo).

BAIXA QUALIDADE

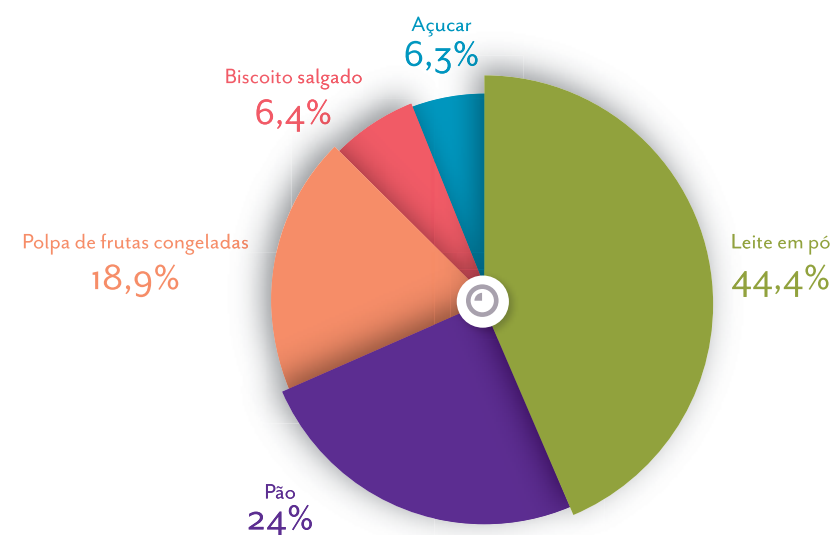
A predominância de produtos industrializados na merenda servida nas escolas em detrimento de produtos *in natura* ou minimamente processados é outro problema apontado pelos entrevistados. Segundo eles, os principais produtos fornecidos pela Prefeitura para a alimentação escolar são: salsicha, macarrão, feijão, arroz, charque, sal, café, leite e achocolatado e biscoito de água e sal. Em menor quantidade, e com abastecimento irregular, também seriam fornecidos carnes e frango.

Achamos que precisa melhorar, pois alguns produtos não são adequados para crianças e vêm em grande quantidade, como açúcar, café, salsicha e leite. Porque os produtos industrializados contêm muitos conservantes que todos sabemos que não fazem bem para a saúde. É diferente dos produtos naturais que não possuem agrotóxicos e nem conservantes. Entrevista coletiva com membros da comunidade escolar da EMEF João Paulo II (comunidade Jauari).

Dados do FNDE indicam que, em 2017, os produtos mais adquiridos (por volume de recursos) pela Prefeitura de Oriximiná com os recursos do PNAE foram: leite em pó, pão de farinha branca, polpa de frutas congeladas, biscoito salgado e açúcar.



Produtos mais adquiridos por volume de recursos
Prefeitura de Oriximiná



Fonte: FNDE, 2017

Vale lembrar que o “Guia alimentar para a população brasileira” do Ministério da Saúde preconiza que uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa, culturalmente apropriada deve ter como base alimentos *in natura* ou minimamente processados (Ministério da Saúde, 2014:125).

DEMANDA POR MAIS ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A substituição de produtos industrializados por produtos da agricultura familiar é vista pelos quilombolas como medida para uma alimentação mais saudável e adequada culturalmente. Há referência de entrega de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar (farinha de mandioca, farinha de tapioca, batata, cará, macaxeira, banana e jerimum) sempre muito bem aceitos, mas em quantidade insuficiente.

Nesse sentido, a expectativa dos entrevistados é de que a Prefeitura de Oriximiná alcance e supere a parcela mínima de 30% dos recursos do PNAE que deve obrigatoriamente ser utilizada na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades indígenas e quilombolas (Lei nº 11.947/2009, artigo 14).

Estão entregando farinha, jerimum e banana [via PNAE]. Esse das comunidades é de boa qualidade, sim. A farinha de tapioca ajuda, que faz mingau, dá para eles tomarem também farinha, mesmo, com café da manhã. Esse é bom, esse é de boa qualidade. Poderia até aumentar – tipo a banana, né? Que as crianças gostam muito, se eles pudessem aumentar seria bom, porque, a banana é bem legal. Dá de bater, fazer vitamina, e eles comem, mesmo, a banana. Comunitária da Boa Vista (EMEF Boa Vista).

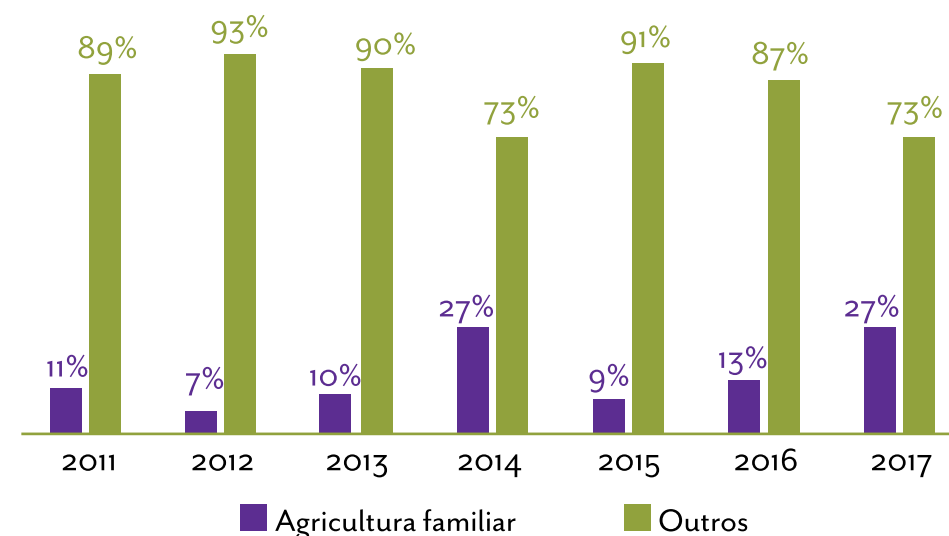
É para usar do PNAE, a nossa farinha de mandioca, nossa farinha de tapioca, nossa banana, nosso jerimum, é para usar trinta dias. Só que é muito pouco, entendeu? Se for para usar trinta dias, vai dar uma banana, meia banana para cada um. Manoel Erbinson dos Santos, barqueiro de transporte escolar e pai de alunos da EMEF Nossa Senhora da Piedade (Arancuan de Baixo).

Eu acho que a gente poderia ter mais de 30% de merenda para oferecer para os nossos filhos. Oferecer o beiju, oferecer o mingau da banana grande, oferecer o vinho do açaí, oferecer aquilo que eles são acostumados, né? Quando vai negócio de conserva, eles não gostam da conserva, de salsicha. Aluísio Silvério dos Santos, liderança da TQ Alto Trombetas 1, referindo-se às escolas EMEF Raimundo Vieira dos Santos e EMEF Tancredo Neves (comunidades Tapagem e Abuí).

Apesar do aumento das compras de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, a Prefeitura de Oriximiná ainda não atingiu o mínimo de 30% previsto na Lei nº 11.947/2009, como apontam os dados do FNDE (ver quadro). Entre 2011 e 2017, houve uma significativa variação na porcentagem de aquisição desses produtos, oscilando, de maneira irregular, entre 7 e 27%.

Em 2017, do total de R\$ 2.243.240,00 transferidos pelo FNDE para a Prefeitura de Oriximiná para atendimento de toda a rede escolar somente R\$ 604.530,71 (26,95%) foram investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.

Investimento na aquisição de alimentação escolar
Prefeitura de Oriximiná



Fonte: FNDE 2019

CULTURA ALIMENTAR QUILOMBOLA DESCONSIDERADA

Os quilombolas também enfatizaram que a alimentação escolar não considera os seus hábitos alimentares. Como expressam as falas abaixo a melhoria na merenda passa necessariamente pelo respeito a aspectos culturais das comunidades, com inclusão, no cardápio escolar, de uma gama de produtos, a exemplo do açaí e do beiju, entre outros.

Nossos filhos, remanescentes de quilombo, não são acostumados a comer bolacha. É no beiju, é merenda mesmo, é peixe, é carne assada. Não são acostumados com negócio de bolacha. Aí vêm para cá e fica comendo aquelas duas, que é conferido, aquelas duas bolachinhas para cada criança com meio copo de suco, pronto. Avó de alunos da EMEF Nossa Senhora da Piedade (comunidade Arancuan de Baixo).

A questão do biscoito, as crianças nem querem mais. Todo dia, todo dia. A gente é acostumada com o nosso alimento de lá mesmo, da nossa área, como batata, cará, macaxeira. Olha o mingau, quando a gente faz um mingau que tem um jerimum para colocar dentro, eles adoram. Merendeira de escola da TQ Alto Trombetas 1.

Além de tudo, quando tem, é merenda que eles não gostam. Vem de fora, eles não sabem nem o que é. Eles falam que eles não tomam, porque é ruim. Então, era bom se tivesse as portas abertas para a gente, agricultores, fornecer banana. Aí seria melhor para eles, que já conhecem. E tem uns que fazem até mal, para os alunos, porque eles não são acostumados a comer. Cristiano Luís, morador da comunidade quilombola Santa Rita e pai de alunos da EMEF Hilda Maria Viana (comunidade ribeirinha São Francisco).

A demanda pelo respeito e valorização da cultura alimentar quilombola é amparada nas normas que regulamentam a alimentação escolar. Assim, a Lei nº 11.947/2009 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar estabelece entre as diretrizes da alimentação escolar “o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis (artigo 2). E determina que os cardápios deverão respeitar “as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada (artigo 12).

Escolas da rede municipal beneficiadas pelo PNAE - Alimentação Escolar Quilombola em Oriximiná. Ano: 2018

Nome Escola	Nível de Ensino	Número de Alunos
EMEF Constantina Teodoro dos Santos	Fundamental 9 anos	111
	Creche	9
	Pré-escolar	15
EMEF João Paulo II	Fundamental 9 anos	38
	Pré-escolar	7
EMEF Nossa Senhora Da Piedade	Pré-escolar	29
	Fundamental 9 anos	206
	Creche	1
EMEF Nossa Senhora Aparecida	Pré-escolar	15
	Fundamental 9 anos	87
	Creche	2
EMEF Nossa Senhora das Graças	Creche	3
	Fundamental 9 anos	8
	Pré-escolar	2
EMEF Nossa Senhora de Fátima	Pré-escolar	7
	Fundamental 9 anos	17
	Creche	2
EMEF Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Fundamental 9 anos	140
	Pré-escolar	21
EMEF Santíssima Trindade	Fundamental 9 anos	12
EMEF São Francisco de Caninde	Fundamental 9 anos	175
	Pré-escolar	19
EMEF São João	Fundamental 9 anos	26
	Creche	4
	Pré-escolar	2
EMEF Raimundo Vieira dos Santos	Pré-escolar	28
	Fundamental 9 anos	186
	Creche	7
EMEF Santo Antônio	Pré-escolar	14
	Fundamental 9 anos	77
EMEF Tancredo Neves	Pré-escolar	28
	Fundamental 9 anos	147
EMEF Boa Vista	Fundamental 9 anos	47
	Creche	3
	Pré-escolar	26
EMEF Nova Esperança	Fundamental 9 anos	7
EMEF São Francisco	Fundamental 9 anos	136
	Pré-escolar	19
EMEF Bom Jesus	Pré-escolar	8
	Fundamental 9 anos	28
EMEF Baldoino Melo	Creche	2
	Fundamental 9 anos	118
	Pré-escolar	14
EMEF São Francisco de Assis	Fundamental 9 anos	13
EMEF Santa Maria	Fundamental 9 anos	22
	Pré-escolar	4
TOTAL DE ALUNOS		1.892

Fonte: FNDE, 2019

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010.

----- Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO *Dados da Agricultura Familiar*. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/206-dados-da-agricultura-familiar?download=13223:planilha_af2017_060519>. Acesso em: maio de 2019.

----- *Sobre o PNAE*. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>>. Acesso em: jun. de 2019.

----- *Painel de preços praticados pelo PNAE: preços praticados por produto no município de Oriximiná*. 2017. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/painel/pa_ppp.html>. Acesso em: setembro de 2018.

----- *Alunado por Ação do Programa Nacional de Alimentação Escolar* Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do;jsessionid=ryZ7XnD7nVInfZCmavA6PPF6.400d5919-5368-36b6-965e-c169048fc477>>. Acesso em: jul. de 2018.

----- *Liberações – Consulta gerais*. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.LIBERACOES_01_PC?p_ano=2018&p_programa=&p_uf=PA&p_municipio=150010>. Acesso em: jul. de 2018.

----- Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Portal do Ministério da Educação: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>>. Acesso em: jun. de 2019.

----- Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

NEPOMUCENO, Ítala. *Diagnóstico preliminar sobre os problemas relacionados à quantidade e à qualidade da merenda em escolas quilombolas de Oriximiná, Pará, Santarém*: Comissão Pró-Índio de São Paulo, julho de 2018.



